

Comissão vê irregularidade no HUB

Valdir Messias

O Hospital Universitário de Brasília (HUB) tem 600 funcionários que trabalham sem carteira assinada, não recebem férias, 13º salário e Fundo de Garantia. Além disso, os banheiros e dependências do hospital são insalubres, as condições de trabalho são inadequadas e o vale-transporte é descontado no pagamento. Este quadro foi constatado ontem pelos deputados federais Paulo Paim (PT-RS) e Chico Vigilante (PT-DF), da Comissão do Trabalho de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, e pelo delegado Regional do Trabalho no DF, Marco Aurélio Gonsalves.

Marco Aurélio ressalta que a contratação de funcionários para prestação de serviços deve ser temporária e de excepcional interesse público — surtos epidêmicos, reenseamentos, calamidades, substituição de professores. Ele cita a Lei Nº 8.112, do Regime Jurídico dos Servidores Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações, que proíbe o desvio de função de pessoas contratadas nessas condições sob pena de nulidade do contrato e

punições.

Os funcionários da lavanderia não usavam toucas, máscaras e luvas. O tanque de condensados da sala de caldeiras estava visivelmente vazando e a cozinha apresentava formigas e baratas em suas dependências.

O deputado Chico Vigilante denunciou as condições semi-escravas em que os funcionários do HUB trabalham e defendeu a interdição imediata do hospital. Marco Aurélio afirmou que vai enviar um processo à Procuradoria da Justiça do Trabalho para regularizar a situação dos servidores do HUB.

O diretor do HUB, Ruy Bayma Archer da Silva, admitiu a série de irregularidades constatadas no hospital, mas salientou “a necessidade de economizar para sobreviver”. Archer argumenta que o HUB não consta do orçamento do MEC e funciona apenas com recursos próprios. “Estou cometendo uma série de irregularidades aqui. Mas tenho a consciência tranqüila de que estou fazendo um trabalho sério”, afirma o diretor.



Na cozinha foi constatada a condição inadequada de trabalho